

EDITORIAL

OUTROS IMPACTOS DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS SOBRE A SOCIOECONOMIA CATARINENSE

*Lauro Mattei**

Com a chegada da pandemia provocada pelo novo coronavírus no Brasil, no mês de março de 2020, houve uma redefinição das atividades acadêmicas, sendo que todas as ações na UFSC passaram a ser na forma de “trabalho remoto”. Desde então, o Núcleo de Estudos de Economia Catarinense (Necat/UFSC) vem realizando estudos e debates sobre os impactos da COVID-19 na socioeconomia catarinense, seja organizando seminários, elaborando texto para discussão ou até mesmo produzindo artigos específicos sobre determinados setores econômicos. Desta forma, foi publicado um número especial da Revista NECAT, relativo ao primeiro semestre de 2020, denominado de *Dossiê I – Impactos da Covid-19 em Santa Catarina* e composto por um conjunto de estudos realizados pelos integrantes da equipe técnica do Núcleo. Tal *Dossiê* teve como objetivo divulgar de forma mais ampla junto ao meio acadêmico e à sociedade em geral os resultados obtidos pelos estudos até aquele momento.

No caso particular do Brasil, ainda que não seja possível identificar com precisão os impactos da crise sanitária em todas as regiões do país, é bem provável que a Covid-19 ficará conhecida como uma das maiores crises econômicas da história do país, devido ao seu alcance e aos seus impactos sobre as atividades econômicas e sobre as condições sociais de parcelas expressivas da população brasileira, especialmente das camadas mais vulneráveis da sociedade.

Ao longo do ano de 2020, acompanhamos as ações de combate à pandemia, especialmente em termos das medidas econômicas adotadas pelo governo federal, por meio de artigos e textos que se encontram disponíveis eletronicamente (MATTEI, 2020a; 2020b; 2020c; 2021). Em tais documentos, mostramos que, tão logo a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou a doença Covid-19 como pandemia, sugerindo o isolamento e o distanciamento social como formas de se evitar o contágio e, desta maneira, evitar o colapso dos sistemas públicos de saúde, instaurou-se no Brasil uma

* Professor Titular do Curso de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Administração, ambos da UFSC. Pesquisador do OPPA/CPDA/UFRJ. Coordenador Geral do Necat/UFSC. E-mail: l.mattei@ufsc.br.

polêmica diante das repercussões negativas que tais medidas causariam em outras áreas, especialmente sobre as atividades econômicas.

Inicialmente, o Ministério da Saúde decidiu seguir os protocolos internacionais e as próprias recomendações da OMS, cujo foco de ação estava voltado à contenção da curva de crescimento do contágio epidêmico. Para tanto, assumiu-se que as medidas mais indicadas para isso deveriam ser o isolamento social e o distanciamento físico entre as pessoas. Mesmo assim, agentes públicos de primeira ordem – como é o caso do próprio Presidente da República – reiteradamente questionaram o uso desse instrumento, uma vez que, no entender deles, o uso demasiado dessas medidas desorganizaria a economia, chegando-se à aberração de se afirmar que os custos da recessão econômica poderiam ser mais prejudiciais do que a própria pandemia.

De forma irresponsável e criminosa, o Presidente da República, que inicialmente tratou a Covid-19 de maneira pejorativa ao classificá-la como uma simples “gripezinha”, mais recentemente chamou os brasileiros de “maricas”, por entender que os mesmos estavam dando muita atenção a tal doença. Além disso, ao longo de toda a pandemia ele tem dado constantes demonstrações públicas contrárias a todas as recomendações das autoridades sanitárias do país, seja promovendo aglomerações sociais, seja estimulando as pessoas a não usarem máscaras – instrumento de proteção que comprovadamente evita a transmissão da doença. Por fim, seu governo não fez nenhum esforço político maior no sentido de adquirir vacinas em quantidades suficientes para imunizar o mais rápido possível a população brasileira, inclusive divulgando um Plano Nacional de Imunização (PNI) sem o essencial para evitar a continuidade de transmissão do vírus: a vacina em quantidades suficientes para imunizar ao menos 70% da população.

Nesse cenário, a pandemia avançou por todos os municípios do país, causando os mais variados problemas. Até o momento, mais de 250 mil vidas de brasileiros foram ceifadas pela doença. Tal situação acabou impactando negativamente a estrutura econômica do país, uma vez que o clima de incerteza tomou conta dos agentes econômicos diante da falta de iniciativas efetivas do governo federal no sentido de frear o processo de contágio da população e controlar efetivamente a pandemia.

Esse contexto poderia ter sido alterado em janeiro de 2021 – apesar da continuidade das ações desastrosas do governo federal na esfera da saúde pública –, quando o início da vacinação trouxe uma “luz no final do túnel” e um alento à população que clama por uma imunização o mais rápido possível. Em grande parte, essa “luz” se deve ao trabalho científico fundamental de dois órgãos públicos que historicamente têm

contribuído na busca de solução para todas as pandemias que afetaram o país: Instituto Butantan e Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Entretanto, todo esse otimismo logo passou a ser dilapidado diante dos equívocos e incertezas que fazem parte do PNI, uma vez que o mesmo não dispôs de vacinas em quantidades suficientes para atender a toda a população. Em função disso, o processo de vacinação tornou-se lento, sendo que em muitos municípios, de diversas unidades da federação, as vacinas se esgotaram em menos de 20 dias. Como até o momento foram vacinados apenas 3% dos brasileiros, estima-se que, mantido o ritmo atual, se levará anos para imunizar 70% da população. Quanto maior for esse tempo, maiores serão os prejuízos econômicos e os impactos negativos sobre o conjunto da sociedade, especialmente sobre as camadas sociais mais vulneráveis.

Nessas condições, a pandemia ganhou força novamente no país nos primeiros meses de 2021, levando todo o sistema de saúde das unidades federativas à beira do colapso. Santa Catarina não esteve imune a esse processo, além de ter cometido os mesmos equívocos que o governo federal no que diz respeito às medidas preventivas. Com isso, desde agosto de 2020 todos os 295 municípios do estado já registraram a presença da doença, sendo que a maioria deles também já registraram óbitos. O descontrole da pandemia chegou a tal ponto que, no momento em que se publica esse número da Revista NECAT, o estado está transportando pessoas doentes para outras unidades da federação, tamanho o colapso que tomou conta da estrutura pública de saúde.

Após quase um ano da pandemia, Santa Catarina apresenta um cenário de deterioração das condições de controle da doença, com aceleração expressiva da contaminação da população. Até o final do mês de fevereiro, mais de 670 mil catarinenses haviam contraído a doença, patamar que colocou o estado em 4º lugar no *ranking* nacional dentre as unidades da federação com os maiores números de registros oficiais. Todavia, deve-se frisar que esse agravamento da situação não é obra do acaso, considerando-se os inúmeros alertas proferidos por diversos segmentos científicos ainda no mês de dezembro de 2020, quando o governador do estado, atendendo reivindicações empresariais, flexibilizou praticamente todas as medidas restritivas vigentes até então com o intuito de garantir uma boa temporada de verão, além de garantir a “defesa da liberdade individual”, já que, segundo ele, não competia ao governo “interferir na liberdade das pessoas”. Os resultados estão aí, infelizmente, às custas de milhares de vidas de catarinenses.

Neste contexto, além de acompanhar semanalmente a evolução da doença no estado, o Necat vem procurando analisar seus impactos sobre a socioeconomia

catarinense por meio da produção de estudos e análises sobre os setores de atividades econômicas, bem como do comportamento do emprego e do desemprego. Para divulgar tal trabalho e contribuir com as análises que estão em curso em diversos centros de estudos e também em organismos governamentais, oferecemos este segundo Dossiê sobre os impactos da Covid-19 em Santa Catarina.

O primeiro artigo, intitulado *O comportamento da balança comercial de Santa Catarina em tempos de pandemia* e assinado por Lauro Mattei e Matheus Rosa, analisa as variações e tendências da balança comercial catarinense ao longo da última década, à luz do desempenho do comércio externo nacional. Inicialmente, os autores fazem uma breve revisão sobre o processo de reprimarização da economia brasileira. Com base na literatura internacional e doméstica, mostram que o Brasil vem perdendo espaço no comércio internacional em função de sua forte inserção no “boom das commodities”, o qual levou a um processo de reprimarização da pauta exportadora do país. Nesse contexto, notou-se que está ocorrendo uma queda crescente da participação da indústria no valor adicionado global e, conseqüentemente, um aumento da participação das *commodities* primárias, especialmente daquelas baseadas na exploração dos recursos naturais. Esse processo teve como principal consequência a diminuição da participação do Brasil no comércio mundial na última década, sendo que em 2019 essa presença se reduziu a 0,55% de todos os bens manufaturados comercializados globalmente, mesmo que tendo o nono parque industrial mundial.

Do ponto de vista da balança comercial do país, notou-se que no período considerado ocorreram várias oscilações no saldo comercial do país, especialmente no período mais agudo da crise entre 2014-2016. Verificou-se também que nos anos posteriores à crise (2017-2019) ocorreu uma retomada de saldos comerciais mais robustos em função da retomada expansiva das exportações para a China, o principal parceiro comercial do país no contexto global. Todavia, é importante registrar que o superávit comercial do país, mesmo antes do início da pandemia, vinha apresentando sinais de queda.

Já a dinâmica da balança comercial de Santa Catarina não se mostrou muito desalinhada das tendências gerais do país, tanto em termos dos resultados no período, como em relação às pautas exportadora e importadora. Apenas notou-se uma diferença relativa à situação deficitária da balança catarinense ao longo de todo período considerado. Especificamente em relação à pauta exportadora catarinense, foram observadas algumas alterações em sua composição, com maior presença dos bens

intermediários, movimento que resultou em um aumento expressivo da participação dos produtos de origem agropecuária e com baixa densidade tecnológica.

Diante desses resultados, os autores concluíram que, tanto a balança comercial do país como, a de Santa Catarina, apresentaram ao longo da década considerada uma tendência forte à reprimarização, tendo em vista que a pauta exportadora se concentrou em produtos primários baseados na exploração dos recursos naturais, enquanto as importações continuaram sendo dominadas por produtos com maior densidade tecnológica.

O segundo artigo, intitulado *Balanço do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda em Santa Catarina* e assinado por Vicente Loeblein Heinen, analisa os impactos desse Programa no mercado de trabalho no estado de Santa Catarina. Para tanto, o autor utilizou dados disponibilizados pelo Ministério da Economia para discutir a inserção e a evolução do PEMER em Santa Catarina, a partir de quatro grupos de indicadores: volume total de acordos celebrados e sua distribuição mensal; modalidades de acordos; setores de atividades; e municípios contemplados.

Após uma breve revisão de literatura sobre políticas públicas voltadas à manutenção do emprego e da renda, especialmente durante a pandemia da Covid-19, o autor faz uma apresentação do PEMER, destacando os critérios de elegibilidade, os tipos de acordos, os percentuais de pagamento, as garantias de emprego, dentre outros aspectos. Na sequência, apresenta a abrangência do Programa no âmbito do país, destacando que o mesmo atingiu cerca de 30% dos brasileiros empregados no setor privado e com carteira de trabalho assinada no primeiro trimestre de 2020. Isso significou a realização, entre os meses de abril e dezembro de 2020, de 20 milhões de acordos de suspensão de contratos ou redução de jornada de trabalho e de salário. No caso de Santa Catarina, foram realizados 874 mil acordos no mesmo período, os quais envolveram 491 mil trabalhadores.

Do ponto de vista da adesão ao programa, observou-se que em Santa Catarina aproximadamente 40% dos acordos diziam respeito à suspensão dos contratos de trabalho e o restante a reduções de jornadas e salários. Além disso, verificou-se que cerca de 52% desses acordos foram celebrados nos meses de abril e maio de 2020, com redução gradual nos meses seguintes, quando as atividades econômicas foram sendo retomadas. Outra característica que sobressaiu nesse processo foi a elevada taxa de reincidência até o mês de dezembro, significando que a maior parte dos novos acordos foram efetivados com trabalhadores que já haviam feito acordos anteriormente. Em termos de setores de

atividades, notou-se que quase 80% deles ocorreram na indústria, no comércio e nos serviços de alojamento e alimentação. Já do ponto de vista da distribuição espacial, verificou-se que mais de 40% dos acordos se concentraram em apenas cinco municípios: Florianópolis, Joinville, Jaraguá do Sul, Blumenau e Brusque.

Outro aspecto observado foi que os acordos de redução da jornada e suspensão dos contratos provocaram perdas expressivas no nível de rendimentos dos trabalhadores, uma vez a reposição salarial não foi integral na grande maioria dos casos, sendo que todos aqueles que recebiam um valor acima do salário mínimo (R\$ 1.054,00) sofreram perdas. Com isso, a conclusão do autor foi que o PEMER, apesar de ter evitado um volume de demissões ainda maior, acabou provocando perdas significativas na renda dos trabalhadores, com impactos negativos no próprio nível da demanda agregada.

O terceiro artigo, intitulado *Impactos da Covid-19 sobre o setor de comércio no Brasil e em Santa Catarina* e assinado por Lilian de Pellegrini Elias, analisou os impactos da pandemia no setor do comércio de Santa Catarina em 2020, à luz do comportamento geral do setor no país. Inicialmente, a autora detalha o comportamento desse setor no país, inclusive mostrando suas tendências ao longo das últimas décadas, quando ocorreu um descolamento do mesmo em relação ao setor de serviços.

A autora mostra que o setor de comércio nacional tinha apresentado uma leve recuperação até o ano de 2019, após os fortes impactos da crise econômica entre 2014-2016. Ainda assim, o setor finalizou 2019 com participação de 13,7% do PIB do país. Já no ano de 2020, em função da pandemia, ele sofreu grandes impactos nos meses de março e abril, todavia foi se recuperando aos poucos, acabando o final do ano com um resultado positivo acumulado. Com isso, o índice de volume de vendas, que em fevereiro de 2020 era de 124,4, após sofrer diversas oscilações ao longo do ano, acabou se estabilizando no mesmo patamar observado nos meses iniciais, quando a pandemia ainda não tinha se manifestado no país. Isso resultou em um crescimento de 1,2% das vendas do comércio ao longo de 2020.

No âmbito de Santa Catarina, verificou-se que o setor do comércio também foi afetado pela crise econômica, porém a recuperação da atividade, diferentemente do país, já teve início ainda em meados de 2016. Além disso, notou-se que os impactos da pandemia em Santa Catarina aconteceram nos meses de março e abril, enquanto no país foram mais intensos em abril. Em parte, isso pode ser explicado pela adoção de medidas restritivas mais duras por parte do governo catarinense ainda em meados de março. Por isso, já a partir do mês de maio observou-se uma forte variação positiva do setor, porém

com diversas oscilações até o final do ano. Mesmo assim, o estado apresentou um resultado positivo da ordem de 5,6% em 2020.

Em termos subsetoriais, observa-se que os maiores crescimentos ocorreram na atividade de hipermercados e supermercados, enquanto as atividades de “livros, jornais, revistas e papelarias” e de “equipamentos e materiais de escritórios, informática e comunicação” apresentaram resultados negativos. Nesse sentido, a conclusão da autora é que a pandemia causou um redimensionamento do comportamento do consumidor, inclusive com certos hábitos de consumo que passaram a ser atendidos pelos hiper e supermercados, cujas atividades tiveram as maiores taxas de crescimento de vendas.

Além desses artigos, que compõem o *Dossiê II – Impactos da Covid-19 em Santa Catarina*, o número atual da Revista NECAT ainda com três artigos, recebidos pelo sistema de submissões contínuas. O primeiro deles, intitulado *A política de renúncia de receita tributária em Santa Catarina: impacto financeiro, distribuição setorial e desenvolvimento regional desigual* e de autoria de Juliano Giassi Goularti, analisa a política fiscal de renúncia tributária dos governos catarinenses na última década, procurando avaliar os impactos financeiros, além da distribuição setorial e regional dessa renúncia tributária, focalizando as atenções sobre o ICMS.

Esse artigo inicia com uma síntese dos aspectos legais das renúncias, destacando especialmente a Lei de Responsabilidade Fiscal, para posteriormente apresentar a legislação específica sobre o assunto em vigor em Santa Catarina. Essa trajetória serviu para mostrar como foi sendo construída a Macroestrutura Fiscal de Financiamento (MFF) do estado. A MFF é concebida pelo autor como uma categoria explicativa abstrata da história que serve para analisar como as políticas de incentivos se articulam com a economia na perspectiva de um movimento maior ligado ao processo de acumulação de capital.

Após essas considerações teóricas e de ordem legal, o autor discutiu os impactos financeiros da política de renúncia de receita tributária sobre o estado de Santa Catarina entre 2010 e 2020, comparando os valores efetivamente arrecadados e os percentuais de renúncia a cada ano, além da distribuição setorial dos incentivos e os grupos de “empresários” beneficiados. O autor chama atenção para as mudanças na política tributária de renúncia de receita implementada nos anos de 2019 e 2020, destacando-se a redução da alíquota do ICMS de 17% para 12%, realizada em 2019, que incidirá fortemente sobre a estrutura fiscal do estado a partir de 2021.

Com base na territorialização do estado elaborada pela Secretaria do Estado da Fazenda, o autor mostrou a distribuição percentual das renúncias tributárias, destacando sua elevada concentração nas gerências regionais de Itajaí, Blumenau e Joinville, as quais detiveram 52% do total. Segundo o autor, uma das consequências dessa elevada concentração é que esses valores renunciados não promoveram benefícios socioeconômicos para todos e em todas as regiões, haja vista a grande concentração nas áreas litorâneas.

Dentre as principais conclusões, o autor destaca que a atual política de isenção do ICMS acaba estimulando as desigualdades regionais, uma vez que a concentração em poucas regiões potencializa as assimetrias regionais. Além disso, fragmenta-se a partilha constitucional com os municípios, prejudicando aqueles mais pobres, ao mesmo tempo em que impacta negativamente a capacidade de concepção e implementação de políticas públicas no âmbito municipal.

O segundo artigo, intitulado *Formação do complexo e do sistema estatal catarinense* e de autoria de Alcides Goularti Filho, apresenta uma reconstituição da trajetória das estatais catarinenses ao longo do último século, com o objetivo de compreender a longevidade e a permanência dessas estatais na sociedade catarinense. Após fazer uma breve discussão com base na literatura internacional sobre o papel das empresas estatais no mercado e nas sociedades, bem como sobre suas capacidades de intervenção para alterar a realidade em que estão inseridas, o autor destaca que, na esfera econômica, as empresas estatais funcionam como instrumento de política e planejamento visando a promoção do crescimento econômico, enquanto, na esfera política, servem de instrumento para construção de projetos ideológicos de sociedade.

A partir desse suporte teórico, o autor passa a analisar a trajetória das estatais de Santa Catarina em três diferentes períodos históricos. O primeiro deles, que vai de 1918 a 1948, é denominado de “unidades isoladas” e representa a presença do estado no sentido de fazer a integração geoeconômica por meio da construção de estradas e abastecimento de água. O segundo período (1948-1975) é marcado pela formação do complexo estatal, e se divide em duas fases. Na primeira delas, entre 1948 e 1961, o destaque é para o surgimento desse complexo, diante de uma aceleração do padrão de crescimento da economia catarinense, que exigia investimentos nas áreas e transportes, energia e comunicações. A segunda fase, que vai de 1961 a 1975, é marcada pela presença de complexos estatais na articulação de planos estratégicos de desenvolvimento, seguindo de perto a lógica existente no país naquele período. Tanto é assim que o Plano de Metas

do Governo (PLAMEG) de 1961 se transformou em uma referência enquanto planejamento das estatais voltadas à promoção do desenvolvimento do estado. Já no terceiro período, entre 1975-1990, o autor relata a expansão da estratégia anterior, com a consolidação do que denomina de “sistema de estatais”, que foi responsável pela sustentação do crescimento do estado até o início da crise da década de 1980. A partir de então, e com o processo de privatizações em curso no país, o centro cíclico do crescimento fundado nas políticas de desenvolvimento perdeu forças, ainda que tenha continuado presente em algumas áreas estratégicas.

O autor concluiu que, após uma trajetória de 100 anos (1918-2018), é possível afirmar que ocorreu um período longo marcado pelas intervenções estatais inicialmente não planejadas, seguidas pelas intervenções planejadas que visavam à promoção do desenvolvimento do estado. Especialmente a partir da década de 1990, tal política perdeu força pelo retorno das ideias liberais, com a consolidação de um pacto conservador das elites catarinenses que sempre se utilizam das estatais para solidificar sua permanência no poder político.

O terceiro artigo, intitulado *Feiras livres da agricultura familiar: desafios e oportunidades no município de Chapecó-SC* e de autoria de Juliano Luis Fossá, Cássia Heloisa Ternus e Rosana Maria Badalotti, analisa a organização e a operacionalização das feiras livres da agricultura familiar em Chapecó, à luz de informações coletadas junto a feirantes inseridos na atividade no ano de 2018. Após contextualizar a importância da agricultura familiar no referido município e também na região Oeste de Santa Catarina, os autores destacam a existência na região de diferentes formas de associativismo e cooperativismo, com ênfase no papel das feiras livres, consideradas como espaços comerciais que fazem parte do debate sobre cadeias curtas relacionadas às redes agroalimentares alternativas. Atualmente, essas feiras livres representam um importante espaço de comercialização para a agricultura familiar, apesar dos grandes desafios que ainda precisam ser superados.

Da pesquisa empírica realizada, surgiu um conjunto de informações relativas às características dos feirantes, bem como em relação ao processo de operacionalização dessas feiras. Neste caso, os autores destacam a diversidade de produtos comercializados, cuja dinâmica é impulsionada pelo comportamento dos consumidores. Além disso, destacam também a importância da participação dessas feiras na sustentação das famílias, uma vez que os informantes declararam que esse espaço de comercialização lhes garante aproximadamente 90% da renda familiar. Enquanto principais desafios, o estudo indicou

a necessidade de melhorias no espaço estrutural das feiras; as dificuldades em relação às condições das estradas de acesso às comunidades rurais; e a Lei Municipal 097/2018, que transfere os custos operacionais dos locais das feiras aos agricultores.

Como principais conclusões do estudo destaca-se que os programas de incentivo à agricultura familiar, como é o caso das feiras livres, representam uma etapa importante para a viabilização econômica e social do sistema familiar de produção, uma vez que essas feiras se constituem em espaços diferenciados de organização econômica e política, ao possibilitar a socialização de práticas específicas extremamente úteis para melhorar as próprias condições de vida das comunidades e da sociedade em geral.

REFERÊNCIAS

MATTEI, Lauro. A crise econômica decorrente da Covid-19 e as ações da equipe econômica do governo atual. Florianópolis: Necat/UFSC, **Textos para Discussão**, n. 035, 2020a.

MATTEI, Lauro. A importância de se manter o isolamento social como instrumento para controlar a expansão do novo coronavírus em Santa Catarina. Florianópolis: Necat/UFSC, **Textos para Discussão**, n. 036, 2020b.

MATTEI, Lauro. A política econômica neoliberal irá aprofundar a recessão e agravar as condições sociais no Brasil. Florianópolis: Necat/UFSC, **Textos para Discussão**, n. 040, 2020c.

MATTEI, Lauro. **Boletins Covid-19 em Santa Catarina**. 2021. Disponível em: <https://necat.ufsc.br/boletins/>. Acesso em: 27 fev. 2021.